

ATAS

Ata número quarenta e três

Aos vinte e seis dias do mês de março de 2024, pelas dezanove horas, realizou-se na sede do --
Centro Social e comunitário do Planalto de Jales, em Alfarela de Jales, a reunião de direção -----
com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto nº 1- Apresentação e aprovação do Relatório de Contas de exercício do ano de 2023.-----

Entrando no ponto único da ordem de trabalhos, o Presidente tomou a palavra, teceu algumas
considerações sobre o exercício findo, procedeu à distribuição e análise dos documentos que -
constituem o balanço e a demonstração dos resultados do exercício, e apresentou a seguinte -
proposta: -----

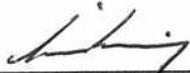
Que se aprovem os relatórios dos anos transatos, por se acharem como certos.-----

Posta a discussão, e como mais ninguém sentiu necessidade de se pronunciar, procedeu-se à -
votação da proposta, tendo esta sido aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a sessão, dela se lavrando a presente ata,
que depois de lida, vai ser assinada por todos os presentes.-----

Alfarela de Jales, 26 de março de 2024

A Direção:







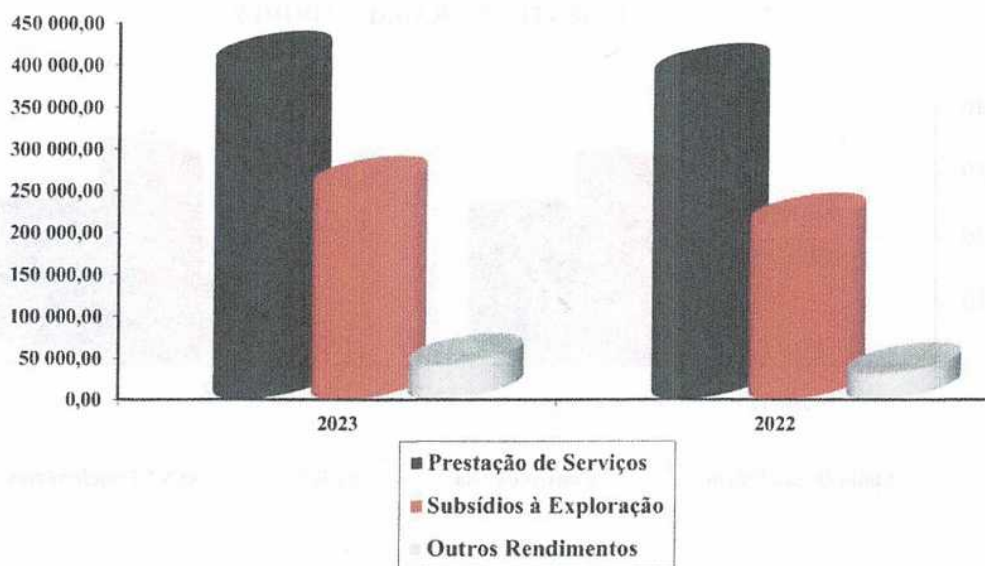




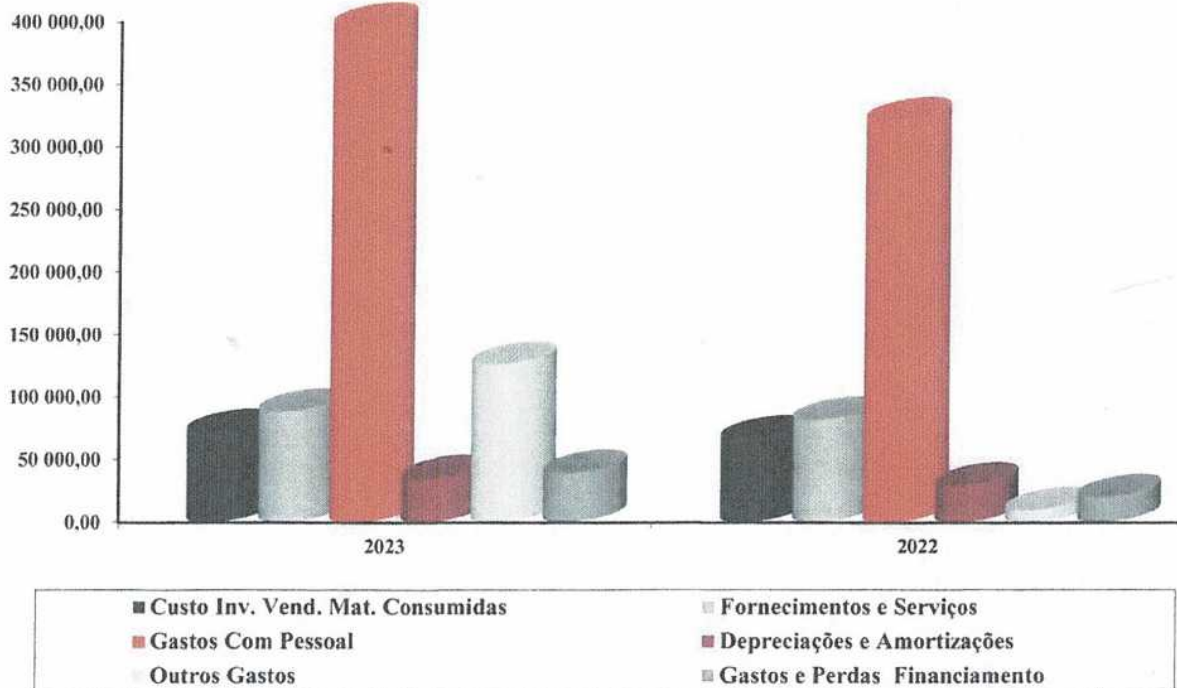
CONTAS DE GERÊNCIA 2023

GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS



GASTOS

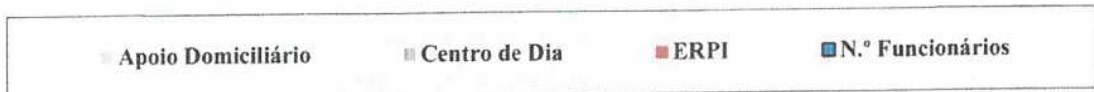
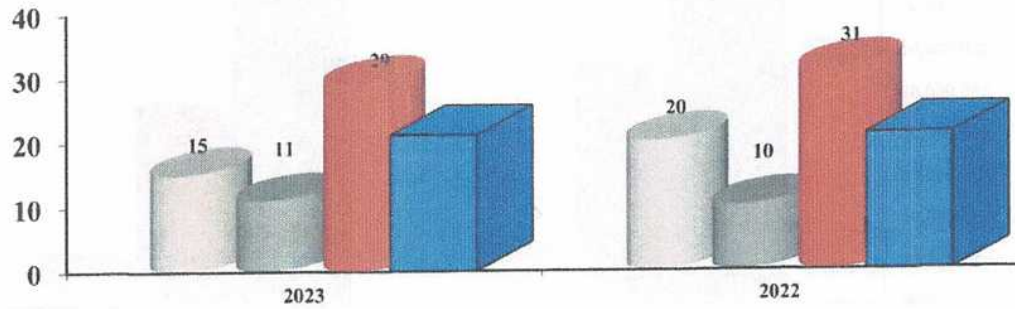


[Handwritten signatures]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

CLIENTES E TRABALHADORES



Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
	2023 (A)	2022 (B)	A - B	2023 (D)	A - D
61. CMVMC					
- Géneros alimentares e outros	71 756,89 €	66 758,33 €	4 998,56 €	74 900,00 €	-3 143,11 €
Total 61	71 756,89 €	66 758,33 €	4 998,56 €	74 900,00 €	-3 143,11 €
62. Fornecimentos e serviços externos					
- Trabalhos especializados	7 359,18 €	5 719,66 €	1 639,52 €	8 000,00 €	-640,82 €
- Publicidade e propaganda	393,60 €	96,50 €	297,10 €	700,00 €	-306,40 €
- Vigilância e segurança	2 438,26 €	2 248,71 €	189,55 €	2 700,00 €	-261,74 €
- Honorários	3 050,00 €	3 633,35 €	-583,35 €	3 900,00 €	-850,00 €
- Cons. reparação (edif., equip. e viaturas)	12 945,26 €	8 402,30 €	4 542,96 €	14 800,00 €	-1 854,74 €
- Serviços bancários	1 112,18 €	1 110,24 €	1,94 €	1 200,00 €	-87,82 €
- Ferramentas e utensílios	3 382,90 €	2 395,49 €	987,41 €	3 000,00 €	382,90 €
- Material de escritório	1 185,98 €	1 403,79 €	-217,81 €	1 000,00 €	185,98 €
- Artigos p/ oferta		299,70 €	-299,70 €		
- Encargos com utentes	8 087,40 €	7 580,06 €	507,34 €	7 700,00 €	387,40 €
- Eletricidade	9 104,50 €	12 938,22 €	-3 833,72 €	8 500,00 €	604,50 €
- Combustíveis (gasolina, gasóleo, gás)	15 555,35 €	12 660,87 €	2 894,48 €	15 500,00 €	55,35 €
- Água	933,81 €	2 222,20 €	-1 288,39 €	1 800,00 €	-866,19 €
- Deslocações e estadas	26,84 €		26,84 €		26,84 €
- Comunicação	1 907,35 €	1 934,56 €	-27,21 €	2 000,00 €	-92,65 €
- Seguros	1 767,70 €	1 477,04 €	290,66 €	2 500,00 €	-732,30 €
- Contencioso e notariado	259,50 €	150,00 €	109,50 €	200,00 €	59,50 €
- Despesas de representação	100,00 €	205,00 €	-105,00 €	100,00 €	
- Limpeza, higiene e conforto	18 672,36 €	17 235,57 €	1 436,79 €	18 700,00 €	-27,64 €
- Outros fornecimentos e serviços	36,00 €		36,00 €	50,00 €	-14,00 €
Total 62	88 318,17 €	81 713,26 €	6 604,91 €	92 350,00 €	-4 031,83 €
63. Gastos com o pessoal					
- Remunerações	324 609,86 €	263 949,64 €	60 660,22 €	315 300,00 €	9 309,86 €
- Encargos com segurança social	66 652,74 €	53 960,51 €	12 692,23 €	65 200,00 €	1 452,74 €
- Seguros de acidentes no trabalho	3 359,64 €	2 665,68 €	693,96 €	3 700,00 €	-340,36 €
- Outros gastos com pessoal	2 539,27 €	614,40 €	1 924,87 €	2 500,00 €	39,27 €
Total 63	397 161,51 €	321 190,23 €	75 971,28 €	386 700,00 €	10 461,51 €
64. Gastos de depreciação e de amortização	34 639,18 €	29 039,55 €	5 599,63 €	34 500,00 €	139,18 €
65. Perdas por imparidade					
66. Perdas por redução de justo valor		31,05 €	-31,05 €		
67. Provisões do período					
68. Outros gastos e perdas					
- Correções rel. períodos anteriores	125 919,31 €	4 721,51 €	121 197,80 €	59 600,00 €	66 319,31 €
- Multas		40,31 €	-40,31 €		
- Outros não especificados	89,57 €	4 689,38 €	-4 599,81 €		89,57 €
Total 68	126 008,88 €	9 451,20 €	116 557,68 €	59 635,00 €	66 373,88 €
69. Gastos e perdas de financiamento	39 193,93 €	19 765,79 €	19 428,14 €	34 900,00 €	4 293,93 €
Total Gastos	757 078,56 €	527 949,41 €	229 129,15 €	682 985,00 €	74 093,56 €

A Entidade



O Contabilista Certificado



Luís Leite
CC nº 39242

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
	2023 (A)	2022 (B)	A - B	2023 (D)	A - D
Rendimentos					
72. Prestação de serviços					
- Terceira Idade	391 456,20 €	385 538,41 €	5 917,79 €	379 200,00 €	12 256,20 €
- ERPI	313 916,66 €	327 882,66 €	-13 966,00 €	302 100,00 €	11 816,66 €
- Centro de Dia	35 687,13 €	17 365,87 €	18 321,26 €	35 100,00 €	587,13 €
- Apoio Domiciliário	41 852,41 €	40 289,88 €	1 562,53 €	42 000,00 €	-147,59 €
- Quotizações e jóias	1 003,50 €	679,50 €	324,00 €	800,00 €	203,50 €
- Outras prestações de serviços	8 957,88 €		8 957,88 €	6 800,00 €	2 157,88 €
Total 72	401 417,58 €	386 217,91 €	15 199,67 €	386 800,00 €	14 617,58 €
73. Variação de Produção					
74. Trabalhos p/ própria empresa					
75. Subsídios à exploração					
- ERPI	143 701,77 €	54 760,48 €	88 941,29 €	142 500,00 €	1 201,77 €
- Centro de Dia	20 925,42 €	17 608,87 €	3 316,55 €	25 800,00 €	-4 874,58 €
- Apoio Domiciliário	68 342,74 €	93 058,36 €	-24 715,62 €	77 000,00 €	-8 657,26 €
- IEFPP	2 745,86 €	11 397,08 €	-8 651,22 €	2 800,00 €	-54,14 €
- Compensação RMMG		1 456,00 €	-1 456,00 €		
- Autarquias	6 217,12 €	2 109,09 €	4 108,03 €	3 100,00 €	3 117,12 €
- NORTE 07-4740	10 450,61 €	27 062,47 €	-16 611,86 €		10 450,61 €
Total 75	252 383,52 €	207 452,35 €	44 931,17 €	267 200,00 €	-14 816,48 €
76\7. Reversões/ganhos aumento justo valor	245,07 €		245,07 €		245,07 €
78. Outros rendimentos e ganhos					
- Rendas e alugueres	2 250,00 €	149,94 €	2 100,06 €		2 250,00 €
- Descontos de p. pagamento obtidos		5,19 €	-5,19 €		
- Transporte de utentes		2 795,00 €	-2 795,00 €		
- Imputação de subs. para investimentos	7 050,81 €	5 266,40 €	1 784,41 €	2 400,00 €	4 650,81 €
- Donativos	1 263,13 €	975,00 €	288,13 €	700,00 €	563,13 €
- Correções rel. períodos anteriores	8 776,50 €	343,04 €	8 433,46 €	8 200,00 €	576,50 €
- Subsídio de refeição em espécie	22 669,80 €	20 815,60 €	1 854,20 €	23 600,00 €	-930,20 €
- Outros não especificados	0,26 €		0,26 €	2 250,00 €	-2 249,74 €
Total 78	42 010,50 €	30 350,17 €	11 660,33 €	37 150,00 €	4 860,50 €
79. Juros, dividendos o. rendimentos simil.					
Total Rendimentos	696 056,67 €	624 020,43 €	72 036,24 €	691 150,00 €	4 906,67 €

Resultado (Rendimentos-Gastos)	-61 021,89 €	96 071,02 €	-157 092,91 €	8 165,00 €	-69 186,89 €
--	---------------------	--------------------	----------------------	-------------------	---------------------

Variação de Utentes		
Respostas Sociais	2023	2022
<i>Infância e Juventude</i>		
Creche		
ATL		
<i>Terceira Idade</i>		
ERPI	29 (23)	31 (23)
Centro de Dia	11 (23)	10 (23)
Apoio Domiciliário	15 (23)	20 (20)
Apoio Domiciliário Integrado		

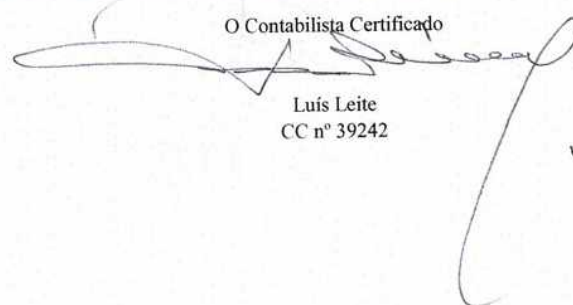
Variação do Pessoal	
Anos	Funcionários
2023	21
2022	21

Investimentos		
	2023	2022
Edifícios	10 313,75 €	
Equipamento Básico	2 104,23 €	430,50 €
Equipamento Administrativo		
Equipamento Transporte	25 518,21 €	
AFT em curso		
Total	37 936,19 €	430,50 €

A Entidade



O Contabilista Certificado



Luis Leite
CC n° 39242




Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
	2023 (A)	2022 (B)			
Gastos					
61. CMVMC					
- Géneros alimentares e outros	71 756,89 €	66 758,33 €	4 998,56 €	74 900,00 €	-3 143,11 €
Total 61	71 756,89 €	66 758,33 €	4 998,56 €	74 900,00 €	-3 143,11 €
62. Fornecimentos e serviços externos					
- Trabalhos especializados	7 359,18 €	5 719,66 €	1 639,52 €	8 000,00 €	-640,82 €
- Publicidade e propaganda	393,60 €	96,50 €	297,10 €	700,00 €	-306,40 €
- Vigilância e segurança	2 438,26 €	2 248,71 €	189,55 €	2 700,00 €	-261,74 €
- Honorários	3 050,00 €	3 633,35 €	-583,35 €	3 900,00 €	-850,00 €
- Cons. reparação (edif., equip. e viaturas)	12 945,26 €	8 402,30 €	4 542,96 €	14 800,00 €	-1 854,74 €
- Serviços bancários	1 112,18 €	1 110,24 €	1,94 €	1 200,00 €	-87,82 €
- Ferramentas e utensílios	3 382,90 €	2 395,49 €	987,41 €	3 000,00 €	382,90 €
- Material de escritório	1 185,98 €	1 403,79 €	-217,81 €	1 000,00 €	185,98 €
- Artigos p/ oferta		299,70 €	-299,70 €		
- Encargos com utentes	8 087,40 €	7 580,06 €	507,34 €	7 700,00 €	387,40 €
- Eletricidade	9 104,50 €	12 938,22 €	-3 833,72 €	8 500,00 €	604,50 €
- Combustíveis (gasolina, gasóleo, gás)	15 555,35 €	12 660,87 €	2 894,48 €	15 500,00 €	55,35 €
- Água	933,81 €	2 222,20 €	-1 288,39 €	1 800,00 €	-866,19 €
- Deslocações e estadas	26,84 €		26,84 €		26,84 €
- Comunicação	1 907,35 €	1 934,56 €	-27,21 €	2 000,00 €	-92,65 €
- Seguros	1 767,70 €	1 477,04 €	290,66 €	2 500,00 €	-732,30 €
- Contencioso e notariado	259,50 €	150,00 €	109,50 €	200,00 €	59,50 €
- Despesas de representação	100,00 €	205,00 €	-105,00 €	100,00 €	
- Limpeza, higiene e conforto	18 672,36 €	17 235,57 €	1 436,79 €	18 700,00 €	-27,64 €
- Outros fornecimentos e serviços	36,00 €		36,00 €	50,00 €	-14,00 €
Total 62	88 318,17 €	81 713,26 €	6 604,91 €	92 350,00 €	-4 031,83 €
63. Gastos com o pessoal					
- Remunerações	324 609,86 €	263 949,64 €	60 660,22 €	315 300,00 €	9 309,86 €
- Encargos com segurança social	66 652,74 €	53 960,51 €	12 692,23 €	65 200,00 €	1 452,74 €
- Seguros de acidentes no trabalho	3 359,64 €	2 665,68 €	693,96 €	3 700,00 €	-340,36 €
- Outros gastos com pessoal	2 539,27 €	614,40 €	1 924,87 €	2 500,00 €	39,27 €
Total 63	397 161,51 €	321 190,23 €	75 971,28 €	386 700,00 €	10 461,51 €
64. Gastos de depreciação e de amortização	34 639,18 €	29 039,55 €	5 599,63 €	34 500,00 €	139,18 €
65. Perdas por imparidade					
66. Perdas por redução de justo valor		31,05 €	-31,05 €		
67. Provisões do período					
68. Outros gastos e perdas					
- Correções rel. períodos anteriores	125 919,31 €	4 721,51 €	121 197,80 €	59 600,00 €	66 319,31 €
- Multas		40,31 €	-40,31 €		
- Outros não especificados	89,57 €	4 689,38 €	-4 599,81 €		89,57 €
Total 68	126 008,88 €	9 451,20 €	116 557,68 €	59 635,00 €	66 373,88 €
69. Gastos e perdas de financiamento	39 193,93 €	19 765,79 €	19 428,14 €	34 900,00 €	4 293,93 €
Total Gastos	757 078,56 €	527 949,41 €	229 129,15 €	682 985,00 €	74 093,56 €

A Entidade



O Contabilista Certificado



Luis Leite
CC n° 39242

Balanco individual em 31-12-2023

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 023 141,36	1 021 045,49
Ativos intangíveis	6	548,00	846,86
Investimentos financeiros	7.1	1 488,11	1 341,45
		1 025 177,47	1 023 233,80
Ativo corrente			
Inventários	8	3 366,23	
Clientes	14.1	28 316,13	90 249,91
Estado e outros entes públicos	14.2	1 568,58	804,94
Outros créditos a receber	14.1;14.3	20 662,55	84 418,34
Diferimentos	14.5	1 442,39	845,37
Caixa e depósitos bancários	4	76 187,61	140 286,04
		131 543,49	316 604,60
Total do ativo		1 156 720,96	1 339 838,40
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Resultados transitados	11.2	-41 646,17	-137 717,19
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	11.2	183 524,92	195 837,72
		141 878,75	58 120,53
Resultado líquido do período	11.2	-61 021,89	96 071,02
Total do capital próprio		80 856,86	154 191,55
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11.1	625 487,39	707 081,52
		625 487,39	707 081,52
Passivo corrente			
Fornecedores	14.1;14.3	29 980,80	27 714,60
Estado e outros entes públicos	14.2	8 972,54	6 941,62
Financiamentos obtidos	11.1	36 342,00	
Outras dividas a pagar	14.5	364 761,61	430 712,64
Diferimentos	14.1;14.3;14.4	10 319,76	13 196,47
		450 376,71	478 565,33
Total do passivo		1 075 864,10	1 185 646,85
Total do capital próprio e do passivo		1 156 720,96	1 339 838,40

A Entidade



O Contabilista Certificado



Luís Leite
CC n.º 39242

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31-12-2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	9	401 417,58	386 217,91
Subsídios à exploração	10	252 383,52	207 452,35
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-71 756,89	-66 758,33
Fornecimentos e serviços externos	14.6	-88 318,17	-81 713,26
Gastos com o pessoal	12	-397 161,51	-321 190,23
Aumentos/reduções de justo valor	7	245,07	-31,05
Outros rendimentos	14.9	42 010,50	30 350,17
Outros gastos	14.7	-126 008,88	-9 451,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		12 811,22	144 876,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6	-34 639,18	-29 039,55
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-21 827,96	115 836,81
Juros e gastos similares suportados	14.8	-39 193,93	-19 765,79
Resultado antes de impostos		-61 021,89	96 071,02
Resultado líquido do período		-61 021,89	96 071,02

A Entidade



O Contabilista Certificado

Luis Leite
CC n.º 39242



Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		335 772,40	406 202,23
Recebimentos de subvenções		243 795,43	161 654,90
Pagamentos a fornecedores		-196 287,75	-167 561,51
Pagamentos ao pessoal		-361 464,18	-298 350,49
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		21 815,90	101 945,13
Outros Recebimentos/Pagamentos		4 145,15	8 636,23
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>		<u>25 961,05</u>	<u>110 581,36</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-33 489,21	0,00
Recebimentos provenientes de:			
<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>		<u>-33 489,21</u>	<u>0,00</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	5 984,81
Subsídios e doações		19 598,66	27 167,41
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-41 597,93	-27 583,28
Juros e gastos similares		-34 571,00	-19 780,80
<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>		<u>-56 570,27</u>	<u>-14 211,86</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-64 098,43	96 369,50
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		140 286,04	43 916,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período		76 187,61	140 286,04

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luis Leite
C C n.º 39242

ANEXO
(Período 2023)

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Centro Social e Comunitário de Jales

NIPC 503 365 688

1.2 – Sede

Largo do Toural, n.º 2

Alfarela de Jales

5450 – 120 Alfarela de Jales

1.3 – Natureza da atividade

O Centro Social e Comunitário de Jales é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos com alojamento através da resposta social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso nº 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;

– Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

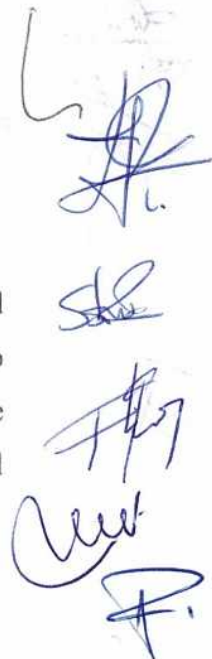
3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.



3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensurados ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”



3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 6 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.



3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.



3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subseqüentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.





As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2023.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa. No caso concreto, tais alterações repercutiram-se na contabilização das Propriedades de Investimento, as quais foram reclassificadas em Ativos Fixos Tangíveis, e sobre a forma de contabilizar os rendimentos decorrentes desses Ativos. E alterações dos modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4– Fluxos de Caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2023	2022
Caixa	414,07	203,52
Depósitos à ordem	75 773,54	140 082,52
Total	76 187,61	140 286,04

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.

5 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Terrenos e rec. naturais	19 952,00			19 952,00			19 952,00
Edif. e outras construções	1 133 234,65			1 133 234,65	10 313,75		1 143 548,40
Equipamento básico	99 988,66	1 475,50	-1 045,00	100 419,16	2 104,23		102 523,39
Equipamento de transporte	44 564,92			44 564,92	25 518,21		70 083,13
Out. ativos fixos tangíveis	4 631,51			4 631,51			4 631,51
Sub-total	1 302 371,74	1 475,50	-1 045,00	1 302 802,24	37 936,19		1 340 738,43
Depreciações e perdas por imparidade	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Edif. e outras construções	151 578,21	22 664,69		174 242,90	22 822,18		197 065,08
Equipamento básico	51 992,37	6 325,05		58 317,42	6 514,35		64 831,77
Equipamento de transporte	44 564,92			44 564,92	6 503,79		51 068,71
Out. ativos fixos tangíveis	4 631,51			4 631,51			4 631,51
Sub-total	252 767,01	28 989,74		281 756,75	35 840,32		317 597,07
Quantias líquidas escrituradas	1 049 604,73	-27 514,24	-1 045,00	1 021 045,49	2 095,87		1 023 141,36

6- Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.2 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Programas de computador		896,67		896,67			896,67
Sub-total		896,67		896,67			896,67
Amortizações e perdas por imparidade	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Programas de computador		49,81		49,81	298,86		348,67
Quantias líquidas escrituradas		846,86		846,86	-298,86		548,00

7 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

7.1

Instrumentos Financeiros

Entidades	2021	Aumentos	Diminuições	2022	Aumentos	Diminuições	2023
Fundo Compensação Trabalho	433,48	957,42	49,45	1 341,45	499,84	353,18	1 488,11
Total	433,48	957,42	49,45	1 341,45	499,84	353,18	1 488,11

8 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

8.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2023	2022
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 366,23	
Total	3 366,23	

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2023			2022		
	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total
Inventários no começo do período					1 451,34	1 451,34
Compras		75 044,76	75 044,76		65 036,99	65 036,99
Regularizações		78,36	78,36		270,00	270,00
Inventários no fim do período		3 366,23	3 366,23			
CMVMC		71 756,89	71 756,89		66 758,33	66 758,33

9 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2023	2022
Prestação de serviços	401 417,58	386 217,91
Total	401 417,58	386 217,91

10 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

10.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2023	2022
Imputação de sub. para investimentos	7 050,81	5 266,40

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2023	2022
Instituto da Segurança Social	232 969,93	165 427,71
IEFP	2 745,86	11 397,08
FSE - Norte 2020 (+COESO)	10 450,61	27 062,47
Autarquias	6 217,12	2 109,09
Iapmei - Compensação RMMG		1 456,00
Total	252 383,52	207 452,35

11 – Instrumentos financeiros

11.1 – Financiamentos obtidos

Ver ponto ii) 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2022				
Crédito Agrícola Bº 004522314028800		259 180,20	447 901,32	707 081,52
Total		259 180,20	447 901,32	707 081,52
2023				
Crédito Agrícola Bº 004522314028800	36 342,00	181 710,00	443 777,39	661 829,39
Total	36 342,00	181 710,00	443 777,39	661 829,39
Varição (2023-2022)	36 342,00	-77 470,20	-4 123,93	-45 252,13

11.2 – Fundos patrimoniais

Outras rubricas de capitais próprios	2021	Aumentos	Reduções	2022	Aumentos	Reduções	2023
Resultados transitados	-116 786,78		-20 930,41	-137 717,19	96 071,02		-41 646,17
Outras variações no capital próprio	201 104,12		-5 266,40	195 837,72		-12 312,80	183 524,92
Resultado Líquido	-20 930,41	117 001,43		96 071,02		-157 092,91	-61 021,89
Total	63 386,93	117 001,43	-26 196,81	154 191,55	96 071,02	-169 405,71	80 856,86

12 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

12.1 – Durante o ano de 2023, trabalharam em média, 21 funcionários na instituição.

Gastos com pessoal	2023	2022
Funcionários:	391 262,60	317 910,15
Remunerações	324 609,86	263 949,64
Encargos seg. social	66 652,74	53 960,51
Seguros	3 359,64	2 665,68
Outros	2 539,27	614,40
Total	397 161,51	321 190,23

12.2 – Órgãos sociais

Nenhum dos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão auferiram qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

Em 2023 e atualmente, a direção é constituída por cinco elementos.

12.3 – Número médio de voluntários

Não existem

13 – Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 – Decreto-lei 411/91

Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2023.

13.2 – Decreto-lei 534/80

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2023.

13.3 – A 31 de dezembro de 2023 não existiam salários em dívida aos funcionários.

14 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2023			2022		
Clientes	28 316,13		28 316,13	90 249,91		90 249,91
Outros créditos a receber	20 662,55		20 662,55	84 418,34		84 418,34
Total	48 978,68		48 978,68	174 668,25		174 668,25
Passivos	2023			2022		
Fornecedores	29 980,80		29 980,80	27 714,60		27 714,60
Fornecedores de investimentos	286 230,76		286 230,76	286 230,76		286 230,76
Outras dívidas a pagar	78 530,85		78 530,85	144 481,88		144 481,88
Total	394 742,41		394 742,41	458 427,24		458 427,24

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

14.2 – Estado e outros entes públicos

Estado e Outros Entes Públicos	2023	2022
Ativo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	37,50	
EOEP - IVA	1 531,08	804,94
Total	1 568,58	804,94
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	1 226,00	1 116,00
EOEP - Segurança Social	7 746,54	5 738,55
EOEP - Outros		87,07
Total	8 972,54	6 941,62

14.3 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2023	2022
Ativo - Outros créditos a receber		
IEFP	1 421,74	6 160,89
FEDER	19 234,57	35 804,54
FSE		36 321,27
Fornecedores	6,24	4 783,89
Remunerações do pessoal		576,83
Cofre - Utentes		770,92
Total	20 662,55	84 418,34
Passivo - Outros passivos correntes		
Remunerações a pagar	44 645,80	40 153,54
Fornecedores de investimento	286 230,76	286 230,76
Recebimentos em trânsito	27 322,87	104 126,33
Electricidade, Água, Etc	6,24	202,01
Cofre - Utentes	6 555,94	
Total	364 761,61	430 712,64

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

14.4 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2023	2022
Passivo - Acréscimos de gastos		
Férias e Sub. Férias a liquidar	44 645,80	40 153,54
Outros	6,24	202,01
Total	44 652,04	40 355,55

14.5 – Diferimentos

Diferimentos	2023	2022
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	891,91	584,89
Vigilância e Segurança		260,48
Trabalhos Especializados	550,48	
Total	1 442,39	845,37
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração		13 196,47
Comparticipação Segurança Social 2024	10 319,76	
Total	10 319,76	13 196,47

14.6 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2023	2022
Trabalhos especializados	7 359,18	5 719,66
Publicidade e propaganda	393,60	96,50
Vigilância e segurança	2 438,26	2 248,71
Honorários	3 050,00	3 633,35
Conservação e reparação-edifícios o. const.	6 938,08	1 710,07
Conservação e reparação-eq. Básico	2 908,98	1 806,49
Conservação e reparação-eq. transporte	2 821,57	4 885,74
Conservação e reparação-eq. administrativo	276,63	
Serviços bancários	1 112,18	1 110,24
Ferramentas e utensílios	3 382,90	2 395,49
Material de escritório	1 185,98	1 403,79
Eletricidade	9 104,50	12 938,22
Combustíveis	15 555,35	12 660,87
Água	933,81	2 222,20
Deslocações e estadas	26,84	
Comunicação	1 907,35	1 934,56
Seguros	1 767,70	1 477,04
Contencioso e notariado	259,50	150,00
Despesas de representação	100,00	205,00
Limpeza, higiene e conforto	18 672,36	17 235,57
Outros FSE	8 123,40	7 879,76
Total	88 318,17	81 713,26

14.7 – Outros gastos

Outros Gastos	2023	2022
Imposto s/ transportes rodoviários	34,16	
Descontos pp concedidos	0,26	
Correções de períodos anteriores	125 919,31	4 721,50
Multas e penalidades		40,31
Outros	55,15	4 689,38
Total	126 008,88	9 451,20

14.8 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2023	2022
Juros suportados	37 281,94	19 010,74
Despesas bancárias e comissões	1 911,99	755,05
Total	39 193,93	19 765,79

14.9 – Outros rendimentos

Outros Rendimentos	2023	2022
Descontos pp obtidos		5,19
Correções de períodos anteriores	8 776,50	343,04
Imputação de Sub. Investimento	7 050,81	5 266,40
Outros	26 183,19	24 735,54
Total	42 010,50	30 350,17

Centro Social Comunitário do Planalto de Jales

14.10 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2023 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 61.021,89€ para Resultados Transitados.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Alfarela de Jales, 01 de março de 2024.

A Entidade



O Contabilista Certificado



Luís Leite
CC n.º 39242



RELATÓRIO



DE

GESTÃO

2023

ELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2023)

Ex.mos Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da **Centro Social e Comunitário de Jales**, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2023, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício negativo de 61.021,89€. Houveram esforços para equilibrar a situação financeira da Instituição com base numa gestão cuidada, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduz a uma segurança razoável na consecução dos objetivos, na eficácia e eficiência das operações e na fiabilidade do relato financeiro.

2 – EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do volume de negócios

	2023	2022	Incremento na produção	
			Valor	%
Vendas líquidas	401 417,58	386 217,91	15 199,67	3,94%
Valor bruto da produção	401 417,58	386 217,91	15 199,67	3,94%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)



Quadro da evolução dos gastos

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	71 756,89	66 758,33	4 998,56	7,49%
FSE	88 318,17	81 713,26	6 604,91	8,08%
Trabalhos especializados	7 359,18	5 719,66	1 639,52	28,66%
Publicidade e propaganda	393,60	96,50	297,10	307,88%
Honorários	3 050,00	3 633,35	-583,35	-16,06%
Conservação e reparação	12 945,26	8 402,30	4 542,96	54,07%
Ferramentas e utensílios	3 382,90	2 395,49	987,41	41,22%
Artigos para oferta		299,70	-299,70	-100,00%
Eletricidade	9 104,50	12 938,22	-3 833,72	-29,63%
Combustíveis	15 555,35	12 660,87	2 894,48	22,86%
Deslocações e estadas	26,84		26,84	
Comunicação	1 907,35	1 934,56	-27,21	-1,41%
Despesas de representação	100,00	205,00	-105,00	-51,22%
Outros	34 493,19	33 427,61	1 065,58	3,19%
Gastos com pessoal	397 161,51	321 190,23	75 971,28	23,65%
Depreciações e amortizações	34 639,18	29 039,55	5 599,63	19,28%
Outros gastos e perdas	126 008,88	9 451,20	116 557,68	1233,26%
Juros	37 281,94	19 010,74	18 271,20	96,11%
Outros gastos e perdas financiamento	1 911,99	755,05	1 156,94	153,23%
Total dos gastos e perdas financ.	39 193,93	19 765,79	19 428,14	98,29%
Total dos gastos e perdas	757 078,56	527 949,41	229 129,15	43,40%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os "Subsídios à Exploração" que ascenderam em 2023 a 653.801,10€ (593.670,26€ em 2022).

Evolução dos rendimentos

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
Prestação de serviços	401 417,58	386 217,91	15 199,67	3,94%
Subsídios à exploração	252 383,52	207 452,35	44 931,17	21,66%
Ganhos por aumentos de justo valor	245,07		245,07	
Outros rendimentos	42 010,50	30 350,17	11 660,33	38,42%
Total dos rendimentos	696 056,67	624 020,43	72 036,24	11,54%

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro de investimento em ativos fixos tangíveis

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	10 313,75		10 313,75	
Equipamento básico	2 104,23	430,50	1 673,73	388,79%
Equipamento de transporte	25 518,21		25 518,21	
Total	37 936,19	430,50	37 505,69	8712,12%

Quadro de valores de ativos fixos tangíveis

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	19 952,00	19 952,00		
Edifícios	1 143 548,40	1 133 234,65	10 313,75	0,91%
Equipamento básico	102 523,39	100 419,16	2 104,23	2,10%
Equipamento de transporte	70 083,13	44 564,92		
Outros ativos fixos tangíveis	4 631,51	4 631,51		
Total	1 340 738,43	1 302 802,24	12 417,98	0,95%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes, ascendem a 50.547,26€ (175.473,19€ em 2022).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 1.065.544,34€ (1.172.450,38€ em 2022).

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Direção em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

A Direção em funções tudo fará para continuar a melhorar os serviços prestados aos seus utentes, bem como a gerir os seus recursos de forma a garantir o cumprimento da sua Missão Social.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2023 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 61.021,89€ para Resultados Transitados.

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Alfarela de Jales, 01 de março de 2024

A Direção



DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2023 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal já que não ultrapassou durante dois anos consecutivos dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

A Direção



O Contabilista Certificado **Luís Fernando de Carvalho Leite**, CC nº 39242, no âmbito das suas funções, vem por este meio solicitar ao órgão de gestão da entidade **Centro Social Comunitário do Planalto de Jales** informações para o cumprimento declarativo na IES (Informação Empresarial Simplificada), que a seguir se detalha:

1. Quadro 11 da folha de rosto da IES – Confirmação anual do beneficiário efetivo

Pretende optar por efetuar a confirmação anual do beneficiário através da IES ou pretende efetuar essa confirmação diretamente no registo central do beneficiário efetivo? _____

Optando por efetuar a referida confirmação anual através da IES, indique, com referência ao último dia do ano civil do exercício findo a que respeita esta declaração.

Se confirma a informação constante do RCBE, ou seja, se a mesma se encontra exata, suficiente e atual. _____

2. Área dos estabelecimentos para o Anexo R

Indicar as áreas dos estabelecimentos, nas seguintes divisões:

Área total do estabelecimento m2: _____ Área de exposição e venda m2: _____

Área de armazenagem m2: ___ Área prestação de serviços m2: ___ Restante área m2: _____

Atesta-se, ainda, que a informação indicada corresponde à verdade,

31 de Dezembro de 2023

A Entidade

